

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: UNIFil Campus IPOLON - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 - Londrina – PR

Data: 31 de maio de 2017

Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)

1 Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete foi realizada reunião
2 extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na UNIFil Campus IPOLON, sito a
3 Rua Alagoas, 2015 - Centro, Londrina - PR. Os participantes desta reunião foram registrados
4 em lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda
5 chamada, às treze horas e cinquenta e sete minutos e é presidida pela primeira secretária
6 Marina Bertonccini de Andrade visto a ausência da presidente Valmirete Alves. Em seguida é
7 feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação **1. Apresentação e aprovação da**
8 **pauta; 2. Aprovação de Ata: 10/05; 3. Comissão de Fundo; 4. Apresentação dos**
9 **Projetos para Construção de CRAS e CREAS - Proposta voluntária do MDS-2017; 5.**
10 **Conferência Municipal de Assistência Social; 6. Proteção e Desproteção do SUAS em**
11 **Londrina; encerramento.** Após a leitura, a conselheira Luana Campos sugere a inversão do
12 ponto 4 para ponto 3 visto a ausência da coordenadora da comissão de fundo Márcia Valim
13 responsável pelo ponto de pauta da comissão. Após sugestão a pauta foi aprovada. **2.**
14 **Aprovação de Ata: 10/05;** questionado aos conselheiros presentes se havia sugestão de
15 alteração da ata, não houve manifestações sendo a ata aprovada. **3. Apresentação dos**
16 **Projetos para Construção de CRAS e CREAS - Proposta voluntária do MDS-2017;** Gisele
17 Tavares contextualiza o processo de abertura de inscrição de projetos ao MDSA para
18 processo de seleção de financiamento de obras e reformas. Refere sobre as discussões já
19 realizadas neste conselho e a política municipal de assistência social. Assim, traz como
20 proposta a construção do CRAS Rural e de uma unidade de CREAS. Relata que, dos dez
21 CRAS existentes no município, seja já estão instalados em construções realizadas para
22 sediar o serviço, faltando ainda a construção do CRAS Oeste A, Sul A e Rural. Quanto aos
23 CREAS, informa que, o centro pop está instalado em construção realizada para este fim, o
24 CREAS III também, sendo necessária a construção para o CREAS II, já solicitado através de
25 emenda parlamentar, restando apenas a sede do CREAS IV para construção. Diante desses
26 fatos é que foi construída a proposta apresentada ao conselho. Justifica ainda que, devido o

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

27 valor disponibilizado que é de trezentos e cinquenta mil reais, só será possível a construção
28 de uma unidade de CRAS nas medidas do projeto menor proposto pelo MDAS, assim, a
29 opção foi pelo CRAS Rural uma vez que a equipe é itinerante, não tendo um número efetivo
30 de atendimento realizados na sede. Ressalta que há a proposta de construção de centros de
31 múltiplos usos nos distritos, entretanto, este tipo de obra não cabe na proposta aberta pelo
32 ministério. Faz a leitura do documento enviado a SMAS com as possibilidades de
33 apresentação de projetos. Luana Campos questiona o valor oferecido para construção do
34 Centro Dia e Gisele informa que é de quinhentos e cinquenta mil reais. Luana questiona se
35 poderia ser inscrito projeto para a construção desse serviço e Gisele reflete que seria
36 necessário amadurecer o debate sobre este serviço e fazer uma proposta para a gestão.
37 Reforça que a implantação de Centro Dia foi inserida no PPA. Gisele elucida as dúvidas
38 quanto a metragem e quantidade de salas do projeto para o CRAS. Reforça que o projeto é
39 para concorrer ao edital, sem garantia de recebimento da verba. Questionada novamente,
40 Gisele informa que seria possível a construção do Centro Dia posteriormente através de
41 recursos de emenda parlamentar. Sueli de Melo Bernardele, representante da entidade Casa
42 de Maria questiona e Gisele reforça mais uma vez que o projeto irá para concorrer a seleção
43 do edital, não tendo garantias de recebimento do financiamento. **4. Comissão de Fundo;** A
44 conselheira Márcia Paiva iniciou o relato esclarecendo que, de acordo com o Regimento
45 Interno só é necessário quórum para deliberação quando se tratar de aprovação do próprio
46 Regimento Interno do CMAS e do Orçamento mas que, considerando os apontamentos da
47 conselheira Neusa Tiba sobre aspectos éticos e moral, se referindo ao esvaziamento do
48 Conselho na última reunião para submeter a deliberação do CMAS, era importante esclarecer
49 que os pontos apresentados pela Comissão de Fundo na última reunião já haviam sido
50 deliberados pelo CMAS, mas que a Comissão de Fundo tem tido a prática de apresentar ao
51 conselho os desdobramentos para acompanhamento e deliberação dos encaminhamentos
52 efetuados à partir das Resoluções, entendendo ser indispensável que o CMAS acompanhe
53 todos os processos. Resgatou inclusive que, no caso do Bom Samaritano discutido na última
54 reunião, não houve alteração do valor deliberado, mas foi solicitado aquisição de
55 equipamentos para Operação Noite Fria, e que, o outro ponto sobre o repasse de recursos
56 para o pagamento de pessoal, o CMAS já deliberou sobre o percentual de até 60% dos
57 recursos externos mas, em virtude dos atrasos dos repasses pelo MDSA e dos saldos, tem
58 sido necessário fazer a gestão dos recursos disponíveis entre os serviços, contratos e

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 pessoal, e por isso tem sido apresentado as propostas da Comissão de Fundo para,
60 inclusive, garantir a compreensão e acompanhamento dos saldos. Dando continuidade, a
61 conselheira retomou os informes do dia: Em relação ao aumento do número de PMTR, a
62 Comissão de Fundo recebeu a informação da SMAS que já foi liberado e que a correção do
63 valor do cupom ainda não foi efetuada em virtude de ser executado através de convênio, e
64 também porque o prefeito ainda não assinou o Decreto relativo a correção da subvenção,
65 cupom. Quanto ao aumento de metas do PMTR, Ana Cristina Góes questiona a
66 operacionalização de fato e Márcia elucida que, segundo informado, já está liberado no
67 sistema para pedido de inclusão. No que se refere ao Provopar, foi justificado que o que
68 acarretou os atrasos foi a mudança de diretoria, e que ainda não haviam mandado os
69 documentos para o aditivo relativo as correções deliberadas a partir da LDO. Josiani
70 Nogueira, diretora da PSE questiona sobre aumento das metas do PMTR para o Centro Pop
71 e Márcia informa que não, contextualizando que, no período de discussão houve proposta
72 para o aumento do PMTR, refeições no restaurante popular e lanches, entretanto, foi
73 deliberado por um pequeno aumento no numero de refeições mas não foi colocado como
74 prioridade o aumento do PMTR do Centro Pop uma vez que o orçamento não seria suficiente
75 e o conselho precisou se debruçar sobre as necessidades e elencar prioridades. Márcia
76 Paiva, também pontuou que em relação aos outros benefícios, a Comissão de Fundo
77 solicitou o levantamento dos saldos relativo ao Orçamento, e que em relação ao Auxílio
78 Natalidade é fundamental garantir o repasse aos usuários que estão solicitando observando
79 os prazos previstos. Sandra Nishimura relata que em 2011/2012 houveram longas filas para
80 realizar o cadastro único para concessão do Auxilio Natalidade, entretanto, por incapacidade
81 de gestão, isso dificultou o acesso ao benefício. Considera que houve aumento da demanda.
82 Informa que, anteriormente o teto estabelecido para concessão era de vinte mil reais ao mês,
83 entretanto, havendo saldo do PMTR estava sendo pago até o valor de vinte e cinco mil até
84 trinta e cinco mil reais. Márcia Paiva refere ser indispensável levantar as pendencias relativos
85 ao Auxílio Funeral, retomando a discussão efetuada em relação ao orçamento de 2017 em
86 2016, pois era de conhecimento da gestão que o orçamento não cobria todos os
87 compromissos, e que o CMAS discutiu e deliberou que o pagamento da ACESF não seria
88 prioridade. Márcia também resgatou que ACESF não enviava as cobranças periodicamente
89 para os pagamentos, o que de fato comprometeu muito a execução do orçamento, também
90 pontuou ser indispensável retomar a discussão sobre os valores cobrados pela ACESF que

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

91 não remete aos custos do serviço, mas que estão cobrando os valores considerando outras
92 taxas, lucros, e que será necessário um acordo ou acerto junto a ACESF sobre as
93 pendências. Também foi apontado que a Comissão solicitará os valores relativos aos
94 benefícios eventuais, como as passagens, lanches, cartões. A Comissão de Fundo solicitou
95 que o CMAS delibere sobre a fonte 938, autorizando o repasse para o pagamento de pessoal
96 no valor equivalente a um mês para pagamento de pessoal da média complexidade,
97 deliberação favorável. Em relação a Casa de Maria, Márcia informa o pedido de redução das
98 metas atendidas pela entidade, que o judiciário já está ciente e já passará a receber valor a
99 menor pelas metas que deixou de atender. Refere ser importante retomar quais foram os
100 encaminhamentos efetuados em relação as metas. Adriana Santos faz proposta que seja
101 encaminhado ofício do CMAS para a SMAS solicitando proposta referente ao serviço de
102 acolhimento de crianças e adolescentes, uma vez que está havendo pedido de redução de
103 vagas e quais providencias a gestão poderá tomar a respeito disso. Luana Campos refere
104 que, aproveitando a fala sobre acolhimento de crianças e adolescentes, sugere que seja
105 solicitado à SMAS também posicionamento sobre a situação atual da APP Vida, verificar
106 quais as possibilidades de continuidade do convenio para caso haja impedimento, sejam
107 tomadas as devidas providencias para a continuidade do serviço. Gisele Tavares refere que a
108 Vara da Infância e Juventude solicitou à SMAS plano de providencia e que este deve ser
109 apresentado para conhecimento do CMAS. Refere que, o CMAS questionando e solicitando
110 informações, movimenta a necessidade de reflexão e ações do poder público. Márcia pontua
111 também a necessidade de retomar quais os encaminhamentos efetuados no que se refere ao
112 reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar. Após as discussões foram
113 deliberados pelo conselho as seguintes providências: envio e ofício à SMAS referente ao
114 PAIF, contextualizado a nova lei do marco regulatório. Ofício referente a entidade APP Vida
115 sobre o plano de providencias. Ofício referente ao Provopar e os Benefícios e cadastradores
116 do cadastro único. Ofício referente ao acolhimento de crianças e adolescentes no que diz
117 respeito a redução das metas, providencias e tratativas do judiciário a respeito do assunto.
118 Ofício referente as deliberações deste conselho no que tange ao acolhimento familiar. A
119 Conselheira Gisele faz fala referente ao convenio com a entidade Casa Acolhedora e
120 contextualiza a diferença do tempo dos outros contratos, tendo o vencimento em junho deste
121 ano. Marina Andrade questiona o serviço executado pela entidade e Márcia Valim o número
122 de metas atendidas, Gisele Tavares esclarece que o convenio é para execução de serviço de

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 convivência e fortalecimento de vínculos na região do parque universidade, que são
124 atendidas noventa metas. Refere as regras da Lei do Marco Regulatório sendo necessário
125 alterar o contato e as buscas de alternativas com o fechamento do convenio em doze de julho
126 do presente ano como a projeção de gastos até o final do ano utilizando recursos do
127 município adiantando gastos para economizar recursos da entidade. Relatou que a PGM
128 autorizou o aditivo de valor para Casa Acolhedora, e que já está para assinatura do Prefeito,
129 quanto a assinatura dos aditivos dos contratos de convenio referentes ao acréscimo
130 estabelecido na LDO, informou que haveria uma força tarefa no gabinete do prefeito na data
131 de ontem para assinatura de documentos, entretanto, não foi informado se os aditivos
132 estavam no montante para assinatura. Também informou ser possível desencadear novo
133 processo de formalização por dispensa de chamamento, sinalizando a necessidade de
134 deliberar sobre a dispensa futuramente neste conselho. Márcia Paiva observou a
135 necessidade de grande publicidade quanto isso for pautado no conselho e de todo o
136 processo respaldando o CMAS em relação as deliberações e encaminhamentos. Em relação
137 aos Convênios Gisele retoma a resolução nº13 deste conselho referente ao remanejamento
138 de saldo, informa que foi solicitado adequações orçamentarias em relação as fontes externas
139 para repasse dentro do limite convenial e dos saldos financeiros, que foi realizada análise
140 considerando os saldos para repasse de imediato ao SCFV. Gisele observou que
141 considerando os saldos e repasses, ainda está pendente o aditivo dos aportes e devoluções
142 em virtude dos recursos financeiros não disponíveis. É solicitada a deliberação de abertura
143 de superávit das seguintes fontes: 755 no valor de um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e
144 dois centavos; 935 no valor de vinte e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e
145 seis centavos e da fonte 939 no valor de duzentos e quarenta e oito mil, trinta e dois reais e
146 vinte e quatro centavos. Refere que desta última fonte já foram abertos trezentos e vinte e
147 três mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos em atendimento conforme a
148 resolução nº01/2017 do CMAS. Abertura de superávit deliberada pelo conselho. Márcia Paiva
149 faz fala sobre o ACESSAS Trabalho e refere que já foram deliberados os recursos do
150 CEDCA/FIA no CMDCA. Gisele informa que não é necessária a deliberação no CMAS.
151 Adriana Santos informa sobre a apresentação dos recursos e serviços no CMDCA e que a
152 partilha será discutida nas comissões de serviços. Márcia Paiva fala sobre a utilização do
153 recurso para prioridade de atividades fins ao invés de contratação de empresas como o
154 sistema S por exemplo. Adriana Santos informa que para a aprendizagem os recursos serão

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

155 para entidades que tenham inserção no CMAS e CMDCA. **5. Conferência Municipal de**
156 **Assistência Social;** Jenifer Pelinser inicia falando sobre os preparativos para a audiência
157 pública no próximo dia vinte e oito de junho, contextualizando as reuniões realizadas pela
158 comissão organizadora. Refere a dificuldade enfrentada visto que os componentes da
159 comissão que compareceram as reuniões não têm experiência na realização de audiência
160 pública associada a pré conferencia dos trabalhadores, sendo assim, foi decidido pela divisão
161 do tempo entre a audiência, no primeiro horário e logo após, a realização da pré conferencia
162 das entidades. Refere que já foi elaborado edital com a programação e que este precisa ser
163 publicado. Marina Andrade informa que o monitoramento irá apresentar os serviços, que
164 haverá discussão nas comissões para inserir a demanda reprimida. Márcia Paiva fala sobre a
165 deliberação do CMAS para fazer a audiência e que, pelos prazos propostos, foi necessário
166 juntar com a pré conferencia das entidades para que a discussão também fosse mais
167 ampliada. Jeniffer Pelinser refere sobre a necessidade de oferta de lanche e espaço para as
168 crianças no momento da audiência pública visto a participação dos usuários. Quanto a pré
169 conferencia das entidades, devido a participação nos territórios, propõe não haver uma
170 explanação mais detalhada dos eixos. Marcia Paiva solicita o envio do material adiantado
171 para as diretorias das instituições que por vezes não participa das prés nos territórios. Ana
172 Cristina Góes refere sobre o debate e as propostas oriundas da audiência pública serem
173 incorporadas a pré conferencia. Márcia Paiva propõe que a plenária das entidades vote essas
174 propostas provenientes do debate para a validação. Realizada as alterações necessárias no
175 edital da audiência pública. Questionado sobre o edital da pré conferencia, foi esclarecido
176 que não é necessário visto que as pré conferencias nos territórios também não fazem edital.
177 Realizada a alteração no texto do edital, foi informado que outros detalhes serão trazidos pela
178 comissão do conselho. Márcia Paiva recorda a necessidade de envio de ofício com a data
179 para as entidades e espaço para os banners. Sobre a conferencia municipal de assistência
180 social, Adriana Santos traz o edital para aprovação e publicação. Paulo Aragão questiona
181 sobre tempo para as falas. É alterado o tempo para votação. Apresentados os demais pontos
182 o edital é aprovado. Apresentadas as comissões que deverão compor o processo de
183 organização e realização da conferencia. Apresentada a planilha de datas das pré
184 conferencias atualizada. **6. Proteção e Desproteção do SUAS em Londrina;** Trabalhadores
185 da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Londrina fazem entrega de
186 documento. Informado que a Secretária de Assistência Social do município tinha outra

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

187 agenda, não foi comunicada e, portanto, não está presente na reunião para ter direito a fala.
188 É realizada a leitura do documento entregue pela proteção social especial. Após a leitura, a
189 servidora Daniely Cristina Sarzi faz a seguinte fala que solicita constar em ata: “No CREAS 2,
190 unidade que executa dois serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade,
191 também teria ocorrido o remanejamento abrupto de componentes da equipe, o que poderia
192 ter como consequência a permanência de um único profissional da área de psicologia como
193 referência para duas regiões (centro e rural) sem, até o momento, ter havido a reposição
194 funcional do profissional de serviço social. Esta situação, se comprovada, fere as orientações
195 da NOB/RH/SUAS e SINASE, e pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento do trabalho,
196 bem como causar morosidade e descontinuidade no acompanhamento dos adolescentes e
197 famílias referenciadas, perdendo a perspectiva multidisciplinar do trabalho social
198 desenvolvido, condição incompatível com as normativas já citadas” .Afirma ainda que,
199 enquanto trabalhadora do serviço CREAS 2, este tema tem sido abordado pela Coordenação
200 do serviço nas reuniões de equipe. Logo após a conselheira Josiani Nogueira, diretora da
201 PSE, pede a palavra e refere sobre a dificuldade de não ter gerência na média complexidade,
202 cargo extinto na nova gestão, e que considera fazer toda a diferença na gestão dos serviços.
203 Fala que precisava de um tempo de amadurecimento e esclareceu que a servidora Marina
204 Bertoncini de Andrade foi nomeada para assumir a gerencia de média complexidade dentro
205 da diretoria da PSE. Josiani fala da descontinuidade das ações e entende ser normal em um
206 processo de transição, que considera uma coisa normal que com o tempo irá se organizar.
207 Em relação ao Centro Pop, refere que, normalmente se junta o centro pop e o serviço de
208 abordagem social, que os remanejamentos efetuados foram feitos no sentido de melhorar e
209 apresenta a composição atual decorrente deste reordenamento. Apontou que foram pagas
210 horas extras em pecúnia, detalhou as providencias visto os cortes de horas extras e solicitou
211 a retomada da equipe. Observou que assim do retorno já tem uma proposta para a equipe
212 com a ampliação à noite. Quanto a revista dos usuários citada no documento, fala do
213 desconforto que causa esse procedimento e que, dentro da própria equipe existem diferentes
214 posições. Esclarece que na espera dos banhos eles ficam soltos, relatou que já aconteceu
215 incidentes violentos e que se faz necessário avaliar e retomar. Em relação ao banho, foi
216 falado sobre a restrição em função da capacidade do espaço e Josiani fala do aumento da
217 demanda. Em relação ao CREAS III, observou que é um processo e que tem várias coisas
218 que aconteceram, como retorno de licença e que será necessário ter um tempo até para que

Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

219 as coisas não sejam feitas de forma abruptas. Refere a falta de TGP na SMAS e que sobre
220 isso já conversou com a Secretária Nádia Moura. Registre-se que a lista de presença é
221 documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 18H00, sendo o que havia a ser
222 relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2^a Secretária deste Conselho, redijo a presente ata
223 desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.